



Fundação Algarvia
de Desenvolvimento Social

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

*Aprovado por unanimidade -
Em 29/11/2016
O Presidente do C.F.
[Signature]*

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

2017

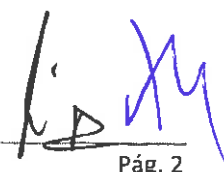


Faro, 29 de novembro de 2016

[Signature]

ÍNDICE:

1. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2017	3
1.1. Projeções Económicas	3
1.2. Linhas de Orientação Estratégica	5
1.3. Respostas Sociais Atuais	7
1.3.1. Educação	7
1.3.2. Saúde	8
1.4. Projetos futuros	9
1.5. Investimentos e Manutenção de Imóveis	10
1.6. Atividades Culturais	10
1.7. Marketing	11
1.8. Fornecedores	12
1.9. Recursos Humanos	12
1.10. Área Financeira, Administrativa e Sistemas de Informação	14
2. ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 2017	15
2.1. Princípios Orientadores	15
2.2. Pressupostos	15
2.1.1. Rendimentos	15
a) Prestações de Serviços	16
b) Subsídios, doações e legados à exploração	17
c) Outros rendimentos e ganhos	20
2.1.2. Gastos	21
a) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	21
b) Fornecimentos e Serviços Externos	22
c) Gastos com Pessoal	22
d) Depreciações e amortizações	23
e) Gastos Financeiros	23
2.3. Demonstração dos Resultados Previsional para 2017	24
3. PARECER DO CONSELHO FISCAL	25



1. Plano de Atividades para 2017

Nos termos da lei e de acordo com o estabelecido nos estatutos da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social (FADS), vem a Administração submeter à apreciação do Conselho de Fundadores o Plano de Atividades e Orçamento referentes ao ano de 2017.

1.1. Projeções Económicas

Economia Mundial

No World Economic Outlook publicado em outubro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) corta as projeções de crescimento da economia mundial, tanto para 2016 como para 2017, para os 3,1% este ano e os 3,4% no próximo, previsões que há seis meses eram de 3,2% e 3,5%, respetivamente. Esta revisão em baixa reflete uma atividade económica mais fraca do que o esperado no segundo semestre de 2016 nas economias desenvolvidas, bem como as implicações do referendo no Reino Unido.

Prevê-se que os Estados Unidos cresçam 1,6% este ano e 2,2% no próximo, que o Canadá cresça 1,2% em 2016 e 1,9% em 2017, que o Japão cresça 0,5% e 0,6% em 2016 e em 2017, respetivamente, e que o Reino Unido progrida 1,8% em 2016 desacelerando o ritmo de crescimento para os 1,1% no próximo ano. A China deverá crescer 6,6% este ano e 6,2% no próximo e a Índia deverá apresentar taxas de crescimento económico de 7,6% em cada ano.

Economia da Zona Euro

O FMI melhorou a projeção de crescimento da zona euro este ano, para os 1,7%, mas piorou ligeiramente a estimativa para o próximo, para os 1,5%. Após um crescimento de 2% em 2015, a atividade económica da zona euro nos próximos dois anos vai ser apoiada pelos preços baixos do petróleo, pela modesta expansão orçamental em 2016 e pela política monetária acomodatória. Mas alerta que o crescimento das economias do euro vai ser penalizado por uma fraca confiança dos investidores tendo em conta a incerteza que se seguiu ao Brexit.

Considerando individualmente as maiores economias do euro, o FMI espera que a Alemanha cresça 1,7% este ano e 1,4% no próximo, que França cresça 1,3% em 2016 e em 2107, que a economia espanhola desacelere o ritmo de

crescimento dos 3,1% este ano para os 2,2% no próximo e que a economia italiana cresça 0,8% e 0,9% em 2016 e em 2017, respetivamente.

A estimativa para a taxa de desemprego da zona euro como um todo foi agora ligeiramente melhorada tanto para 2016 (esperando que atinja os 10% da população ativa, abaixo dos 10,3% anteriormente projetados), como para 2017 (antecipando que caia para os 9,7%, contra os 9,9% estimados antes).

Quanto à inflação, deixou praticamente inalteradas as suas estimativas, apontando para 0,3% este ano e 1,1% no próximo. No entanto, o FMI antecipa que a inflação permaneça abaixo do objetivo de médio prazo definido pelo Banco Central Europeu (BCE) até 2021, que é de uma taxa abaixo, mas próxima de 2%.

Economia Portuguesa

No passado mês de outubro o FMI reviu em baixa as projeções económicas de Portugal, esperando um crescimento de 1% este ano, abaixo da estimativa apresentada em abril, quando antecipava que a economia portuguesa crescesse 1,4%. Estima ainda que o PIB de Portugal cresça 1,1% em 2017, uma estimativa que em abril era de 1,3%.

Segundo a estimativa rápida divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), publicada em novembro, a economia portuguesa cresceu 1,6% no terceiro trimestre deste ano, em termos homólogos. Este resultado deveu-se essencialmente a uma aceleração mais forte das exportações do que das importações. Além disso, a procura interna deu também um contributo mais positivo para o PIB, reflexo de mais consumo de bens não duradouros por parte das famílias. Comparativamente com o 2º trimestre, o PIB aumentou 0,8% em termos reais (0,3% no trimestre anterior).

Esta é a maior variação do PIB deste o terceiro trimestre do ano passado, que marcou o início da desaceleração da economia nacional, que se estendeu até metade deste ano. Numa análise em cadeia, este é o melhor resultado desde o quarto trimestre de 2013.

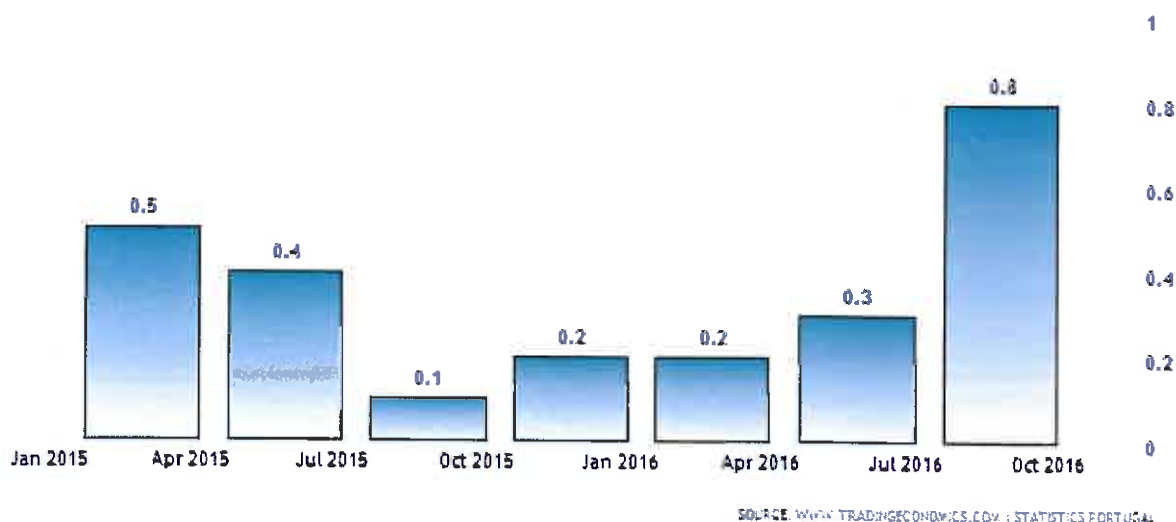


Gráfico n.º 1 – Evolução trimestral do PIB em Portugal

Este desempenho da economia surge depois de, entre Abril e Junho, a economia nacional ter crescido 0,9% em termos homólogos e 0,3% em cadeia.

Quanto à taxa de desemprego, o FMI melhorou as suas projeções, esperando que se reduza para os 11,2% este ano (abaixo dos 11,6% projetados em abril) e para os 10,7% no próximo ano (abaixo dos 11,1% anteriormente estimados).

O FMI projeta ainda que a inflação seja de 0,7% em 2016 e de 1,1% em 2017 e que as contas externas fechem este ano com um saldo nulo e que sejam negativas em 0,7% do PIB no próximo.

É neste contexto que iremos conceber o plano de atividades para o ano de 2017. Encaramos o próximo ano com muita prudência, quer nos atos de investimento a praticar, quer na gestão corrente.

1.2. Linhas de Orientação Estratégica

É nosso objetivo estratégico dar maior notoriedade à FADS, no sentido da intervenção da instituição obedecer a princípios e condutas que dignifiquem o seu prestígio e a imagem externa. Dessa forma, pretendemos continuar a dinamizar a nossa presença nas redes sociais e organizar e marcar presença num conjunto de eventos.

Para além da gestão dos equipamentos sociais existentes, pretendemos estudar e desenvolver diversos projetos na área da educação e saúde, nomeadamente através da prestação de serviços de formação, serviço de apoio domiciliário e serviço de transporte de doentes. Durante o ano de 2016, foram constituídas equipas de trabalho para preparar e trabalhar nestes novos projetos.

Seguindo a política de anos anteriores, teremos como objetivo o estudo de todos os apoios que sejam promovidos pela segurança social, ministério da educação, ministério da saúde e outras instituições, no intuito de modernizar as atuais valências e diversificar a nossa atividade.

Pretendemos continuar a efetuar contactos com diversas entidades, empresariais ou outras, no intuito de conseguir obter apoios necessários ao funcionamento da instituição, pois a sobrevivência de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) depende, em larga escala, da existência de donativos efetuados por outras instituições e/ou particulares.

Durante o ano de 2017, tal como em anos anteriores, podemos beneficiar da consignação de 0.5% do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares.

Tendo em conta as recomendações da Segurança Social, inscritas nos manuais da qualidade, continuamos a promover a implementação do processo de gestão da qualidade, de forma a dar resposta às exigências e a preparar uma futura certificação da instituição.

Será executado um controlo de gestão por atividade, de forma a manter o equilíbrio económico e financeiro em todas as valências e eleger os projetos que devem libertar meios para reinvestimentos. Só assim será possível melhorar a sustentabilidade da FADS.

1.3. Respostas Sociais Atuais

1.3.1. Educação

Na área da educação, fazemos a gestão 7 equipamentos sociais, repartidos por Faro e Olhão, dando resposta às necessidades de 473 famílias, repartidas pelas valências da seguinte forma:

Valência	Capacidade real	Capacidade ocupada	Utentes Comparticipados
Creche Faro	68	68	68
Jardim Infância Faro	75	75	74
ATL Faro	80	80	80
Creche Olhão	40	40	32
Jardim Infância Olhão	75	75	50
Creche Montenegro	84	84	66
Jardim Infância Montenegro	75	51	0
Total	497	473	370

Tabela n.º 1 – Capacidade real e previsão de capacidade ocupada

No ano letivo de 2016/2017, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa, com exceção de uma sala do Jardim de Infância do Montenegro. No que diz respeito às comparticipações familiares verificou-se um aumento de 0.8% face ao ano letivo anterior.

Para o próximo ano letivo consideramos uma capacidade ocupada igual à do presente ano letivo e um aumento de 1% das comparticipações familiares médias.

No passado mês de outubro foi efetuada uma revisão em baixa da valência ATL tendo agora 80 utentes comparticipados, face aos anteriores 150. As alterações da comparticipação não implicam uma redução da estrutura de pessoal e de outros gastos de funcionamento pois no orçamento anterior já tinha sido considerada esta capacidade ocupada.

A Administração estará atenta à conjuntura que envolve o ATL sabendo que será necessário repensar o futuro desta valência. A transformação do equipamento num outro tipo de resposta social será certamente objeto de reflexão pela atual Administração.



Figura 1 – Respostas sociais atuais - Educação

1.3.2. Saúde

Na área da saúde, gerimos a UCCI Milreu, com capacidade para 47 utentes. Desde setembro de 2015 que a lotação é totalmente comparticipada.

Em 2015, verificou-se uma capacidade mensal média de ocupação de 96%, enquanto em 2016, até outubro verificou-se uma média de ocupação mensal de 98.5%, acima do limiar dos 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%.



Tabela n.º 2 – Evolução da ocupação da UCCI Milreu

Para 2017 consideramos uma capacidade totalmente ocupada e a manutenção dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados.

No próximo ano será utilizado um novo *software* de gestão clínica que irá permitir uma maior eficiência e eficácia na gestão dos recursos. O processo clínico será totalmente informatizado.

Continuaremos a acompanhar e melhorar as seguintes temáticas:

- Regulamento interno;
- Manual de procedimentos;
- Preparação de plano de formação interno;
- Acordos diversos (farmácias, alimentação, consumíveis, ambulâncias, etc.)



Figura 2 – Respostas sociais atuais - Saúde

1.4. Projetos futuros

Durante o ano de 2016 foram constituídas equipas de trabalho para estudar e planear os seguintes projetos a desenvolver no futuro.

Novo projeto	Ponto de situação
Prestação de serviços de formação profissional	Aguarda aprovação da DGERT
Prestação de serviços de apoio domiciliário	Aguarda aprovação na segurança social
Prestação de serviços de transporte de doentes	Aguarda aprovação
Extensão dos serviços médicos à comunidade	Aguarda aprovação da ARS

Tabela n.º 3 – Ponto de situação dos projetos futuros

1.5. Investimentos e Manutenção de Imóveis

Continuamos a investir na manutenção e reparação de todos os imóveis respeitando todas as exigências legais, tendo como objetivo a melhoria constante das condições de todos os colaboradores e utentes da instituição. De momento efetuamos a gestão do seguinte património predial:

Valência	Valor Patrimonial
Creche Faro	343 880.00
Jardim Infância Faro	275 940.00
ATL Faro	199 140.00
Creche Montenegro	973 844.40
UCCI Milreu	2 250 530.00
Centro de formação – Loja 1	113 400.00
Centro de formação – Loja 2	113 400.00
Creche Olhão	Leaseback
Jardim Infância Olhão	Leaseback
	4 270 134.40

Tabela n.º 4 – Património predial

Pretendemos efetuar as seguintes aquisições e/ou melhoramentos nas valências:

- Substituição do piso do espaço exterior da creche e jardim-de-infância de olhão;
- Aquisição de um toldo para o espaço exterior da creche e jardim-de-infância de olhão;
- Obras de remodelação e pintura na creche de Faro;
- Renovação do equipamento do espaço exterior da creche em Faro.

1.6. Atividades Culturais

Pretendemos dar a conhecer à comunidade todo o trabalho realizado pelas nossas crianças e diversos colaboradores em todas as vertentes culturais.

Em interação com algumas entidades dos concelhos onde estamos inseridos, iremos continuar a contribuir de uma forma ativa para a promoção das artes em todas as vertentes da expressão artística promovendo encontros, apresentações, debates, *workshops*, exposições.

As atividades promovidas irão ter também uma vertente formativa que será direcionada, numa primeira fase, para as famílias e profissionais da educação. Posteriormente poder-se-á abrir a grupos específicos e comunidade em geral.

Em 2017 pretendemos promover, para além dos eventos regulares, os seguintes eventos:

Evento	Data previsível
2.ª Conferência de educação em parceria com a Universidade do Algarve	Maio
1.ª caminhada da Fundação Algarvia de Desenvolvimento Social	Setembro
Festa de encerramento do ano letivo	Fim de ano letivo
Festa de natal	Dezembro

Tabela n.º 5 – Eventos a promover

1.7. Marketing

Tendo como objetivo estratégico dar maior visibilidade à instituição, no nosso plano de marketing, a política de comunicação ocupa uma elevada importância. Continuamos a trabalhar com o intuito de aumentar o reconhecimento e notoriedade da FADS junto da comunidade.

Após o lançamento do *site* e da página no *facebook* vamos continuar a dinamizar estas ferramentas com o objetivo de obtenção de apoios necessários ao funcionamento da instituição. Pretendemos organizar e marcar presença num conjunto de eventos que possibilitem dar notoriedade e melhorar a imagem externa de todos os equipamentos sociais.

Tal como em anos anteriores será realizada a avaliação da satisfação dos utentes de todas as valências.

Pretendemos antecipar o processo de admissões do ano letivo 2017/2018 para o início de 2017. Iremos recorrer a diversas ferramentas de comunicação tais como: flyers, cartazes, mailing e outdoors.

1.8. Fornecedores

Continuamos a fazer um estudo comparativo entre os preços praticados pelos nossos fornecedores e os praticados no mercado, com o objetivo de encontrar as melhores condições possíveis e uma otimização/redução de gastos. Com esta política tem sido possível efetuar economias de escala mantendo a qualidade da nossa oferta.

Durante o próximo ano vamos continuar a procurar uma redução de gastos tentando negociar/estudar o seguinte:

- *Outsourcing* das cozinhas de todas as valências (sem junção de cozinhas);
- *Outsourcing* das cozinhas de todas as valências (com junção de cozinhas no centro infantil do Montenegro);
- Centralização dos serviços de lavandaria e engomadoria na UCCI Milreu;
- Negociação de *rappel* com fornecedores de medicamentos e consumíveis médicos;
- Renegociação de carteira de seguros;
- Renegociação com fornecedores de produtos de limpeza e outros consumíveis.

1.9. Recursos Humanos

O trabalho é feito pelas pessoas, as quais, para se motivarem, precisam de estar enquadradas na razão de ser da instituição, nos seus princípios e nos seus valores. A promoção dos nossos recursos humanos continua a ser um dos nossos principais objetivos.

Na senda da evolução das transformações organizacionais que têm vindo a ser implementadas, o ano de 2017 constituirá mais um passo de maturação e consolidação do esforço de centralização de serviços, e consequente uniformização de procedimentos, em ordem à obtenção de maior eficiência com consequentes ganhos de produtividade, assim como a sedimentação de mecanismos organizacionais plasmados nos regulamentos Internos institucionais.

Em obediência a estes princípios devemos procurar desenvolver os colaboradores da Instituição, reconvertendo-os ou dando-lhes formação, para adquirirem as competências que se antevejam como necessárias.

Nas políticas de pessoal ou naquelas que afetam as pessoas existem objetivos que se constituem como permanentes, a saber:

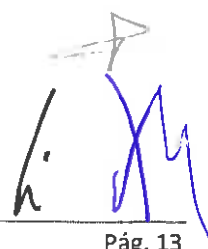
- Detecção de potenciais redundâncias e avaliar as possibilidades de reconversão ou dispensa;
- Definir as necessidades de formação;
- Avaliar o impacto de novas tecnologias;
- Avaliar o impacto de formas diferentes de organização do trabalho, designadamente a polivalência;
- Implementação do *outsourcing* em certas áreas.

Nesta conformidade, e para a prossecução dos princípios acima enunciados, continuaremos a praticar ações consideradas estruturais neste domínio como:

- A implementação de um sistema de avaliação de desempenho;
- A elaboração de plano de formação;
- A certificação enquanto entidade formadora;
- O incremento da formação interna;
- A formalização e gestão dos apoios à contratação (Estágios Emprego, Reembolso TSU, Estímulo Emprego, etc.);
- O aprofundamento do processo de centralização dos vários serviços de Recursos Humanos;
- A revisão e uniformização dos procedimentos organizacionais.

Relativamente às medidas de apoio à contratação, com reflexo no orçamento de 2017 existem protocolados 5 contratos estágio emprego, 7 processos de dispensa de contribuições para a segurança social e 3 contratos de trabalho Medida Estímulo Emprego.

A FADS mantém o seu interesse pelas comunidades, através do apoio dado aos jovens. Neste caso, continuaremos a aceitar diversos estágios dos alunos da Escola Superior de Educação e Comunicação e da Escola Superior de Saúde da Universidade do Algarve, da Escola Superior de Saúde do Instituto Jean Piaget de Silves e de outras instituições.



1.10. Área Financeira, Administrativa e Sistemas de Informação

Durante o ano de 2017 pretendemos centralizar o Departamento Financeiro na sede da FADS e reformular todo o sistema de informação aplicado à gestão. Pretendemos adjudicar o serviço de execução de um novo *software* de gestão desenvolvido à medida das nossas necessidades, que possibilita informatizar o maior número possível de tarefas. O desenvolvimento dos sistemas de informação irá permitir, neste domínio, melhorar a capacidade de interagir com os restantes departamentos permitindo uma atuação em tempo útil no desencadeamento de medidas de controlo.

Pretendemos implementar o modelo de auditoria interna em toda a instituição de forma a melhorar o controlo orçamental e a sua execução.

Continuarão a ser promovidas as seguintes reuniões mensais:

- Conselho de Administração;
- Comissão executiva;
- Conselho diretivo da UCCI;
- Coordenadores de valência;
- Departamento administrativo e financeiro.


Um dos grandes objetivos para o próximo ano é a renegociação de todo o passivo bancário, especialmente junto do Novo Banco. Já foram realizadas diversas reuniões com as respetivas instituições financeiras no intuito de melhorar as condições comerciais dos financiamentos.

Faro, 8 de novembro de 2016

A Administração


(Luís Coelho)


(Nuno Carrilho)


(Fernando Marques)

2. Orçamento para o exercício de 2017

2.1. Princípios Orientadores

Nos tempos atuais seria impensável qualquer organização enfrentar os desafios futuros sem os preparar antecipadamente através da construção de orçamentos como ferramenta indispensável para planear o futuro económico e financeiro das organizações.

O orçamento foi preparado com base nos pressupostos e previsões abaixo desenvolvidos, tendo presente o plano de atividades para 2017.

Na extensão em que dependem da informação histórica do exercício de 2016, as previsões relativas ao orçamento corrente foram suportadas nas estimativas efetuadas para este exercício, a partir da informação já conhecida.

Paralelamente, foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, sem que tal tenha condicionado os valores apresentados.

O orçamento é apresentado tendo em conta o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) em vigor.

2.2. Pressupostos

2.1.1. Rendimentos

As comparticipações familiares/utentes (quotas de utilizadores – prestação de serviços) e as comparticipações financeiras do estado (subsídios do estado – subsídios à exploração) representam a esmagadora maioria dos rendimentos da FADS.

a) Prestações de Serviços

Educação

Esta rubrica considera as comparticipações familiares (matrículas e mensalidades) a liquidar pelos utentes do setor da educação (creche, jardim de infância e ATL). Correspondem ao valor pago pela utilização dos serviços e equipamentos sociais.

No ano letivo de 2016/2017, tal como em anos anteriores, verifica-se lotação completa, com exceção de uma sala do Jardim de Infância do Montenegro. No que diz respeito às comparticipações familiares verificou-se um aumento de 0.8% face ao ano letivo anterior.

Até agosto de 2017 os valores previstos de comparticipações familiares correspondem às mensalidades reais para o ano letivo 2016/2017 com contratos de prestação de serviços assinados.

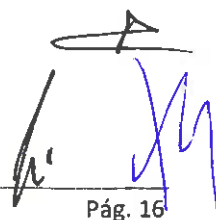
De setembro a dezembro de 2017 considera-se o seguinte:

- Capacidade ocupada igual ao ano letivo 2016/2017;
- Aumento de 1% nas comparticipações familiares médias.

Valência	Capacidade real	Capacidade ocupada	Desvios
Creche Faro	68	68	0
Jardim Infância Faro	75	75	0
ATL Faro	80	80	0
Creche Olhão	40	40	0
Jardim Infância Olhão	75	75	0
Creche Montenegro	84	84	0
Jardim Infância Montenegro	75	51	- 24
Total	497	473	- 24

Tabela n.º 6 – Capacidade real e previsão de capacidade ocupada

Tendo em conta o historial de ocupação do jardim-de-infância do Montenegro não consideramos, por prudência, o início da exploração da 3.ª sala.



Saúde

Esta rubrica considera os encargos com apoio social suportados pelos utentes da UCCI Milreu (parte não financiada pela Segurança Social).

Atualmente, a tabela de preços da RNCCI, estabelece para os encargos de apoio social (utente/dia) a comparticipação de 30,34 euros. O utente paga uma parte, dependendo do rendimento *per capita* do seu agregado familiar, cabendo à segurança social, o diferencial entre os encargos com a prestação dos cuidados de apoio social e o valor a pagar pelo utente.

Para efeitos de previsão, tendo em consideração que a FADS vai receber sempre o valor estipulado para os encargos de apoio social estabelecido na tabela de preços, podendo esse valor ser pago pelo utente e/ou segurança social, torna-se necessário perceber qual a % média que a comparticipação dos utentes e da segurança social têm tido historicamente.

Descrição	1.2016	2.2016	3.2016	4.2016	5.2016	6.2016	7.2016	8.2016	9.2016	10.2016	Média
Encargos Apoio Social											
Comparticipação Utentes	47%	46%	46%	47%	47%	47%	46%	47%	45%	44%	46%
Comparticipação S. Social	53%	54%	54%	53%	53%	53%	54%	53%	55%	56%	54%

Tabela n.º 7 – Peso da comparticipação dos utentes e da Seg. Social nos encargos com cuidados de apoio social

Em 2016, até outubro verificou-se uma média de ocupação mensal de 98.5%, acima do limiar dos 85%, obrigatório para receber os apoios a 100%.

Para 2017 consideramos uma capacidade totalmente ocupada e a manutenção dos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados.

b) Subsídios, doações e legados à exploração

Neste ponto efetua-se a previsão dos subsídios à exploração concedidos pelo estado e outros entes público no âmbito de acordos de cooperação celebrados para o setor da educação, setor da saúde e ainda os subsídios à exploração concedidos no âmbito de medidas de apoio ao emprego.

Educação

Esta rubrica considera os subsídios à exploração concedidos pelo estado conforme os acordos de cooperação contratualizados com todas as valências, com exceção do jardim de infância do Montenegro que ainda não tem acordo de cooperação. Não se considerou que fosse contratualizado qualquer apoio para esta valência durante o ano de 2017 apesar dos esforços desenvolvidos nesse sentido.

Na tabela seguinte é possível analisar a capacidade real de cada valência, o número de utentes participados ao abrigo de acordos de cooperação e os desvios de participação.

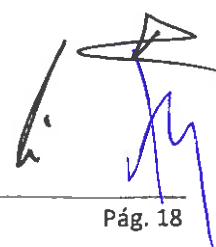
Valência	Capacidade real	Utentes participados	% financiada	Desvios de participação
Creche Faro	68	68	100%	0
Jardim Infância Faro	75	74	99%	-1
ATL	80	80	100%	0
Creche Olhão	40	32	80%	-8
Jardim Infância Olhão	75	50	67%	-25
Creche Montenegro	84	66	79%	-18
Jardim Infância Montenegro	75	0	0%	-75
Total	497	370	74%	-127

Tabela n.º 8 – Capacidade real e utentes participados

No passado mês de outubro de 2016 foi efetuada uma revisão em baixa da valência ATL tendo agora 80 utentes participados face aos anteriores 150.

Para efeitos de orçamentação considerou-se a manutenção do número de utentes participados e um aumento médio de 1%, igual ao registado em 2016, face a 2015.

Inclui ainda uma compensação anual do diferencial mensal ao abrigo do programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar. Por prudência, considerou-se um valor igual ao ano anterior.



Saúde

Esta rubrica considera as comparticipações do estado calculadas com base na Portaria n.º 184/2015, de 23 de junho que fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI).

No que diz respeito ao modelo de financiamento da RNCCI, os encargos decorrentes do funcionamento da UCCI Milreu são repartidos pelos sectores da saúde e da segurança social em função da natureza dos cuidados prestados (DL n.º 101/2006, art 46.º).

Encargos	Comparticipação Estado	Comparticipação Utente	Responsabilidade Pagamento
Encargos cuidados de saúde	Total		ARS Algarve
Encargos medicamentos	Total		ARS Algarve
Encargos cuidados de apoio social	Variável	Variável	Utente e/ou Segurança Social
Encargos utilização de Fraldas	Total		Segurança Social

Tabela n.º 9 – Modelo de financiamento da UCCI Milreu

Relativamente aos encargos com a prestação dos cuidados de apoio social, o valor da comparticipação da segurança social corresponde ao diferencial entre os encargos com a prestação dos cuidados de apoio social e o valor a pagar pelo utente (Despacho normativo n.º 34/2007, de 19 de setembro).

A referida portaria fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI). Desde que se iniciou a exploração, em 2013, os valores de comparticipação unitária não foram alvo de qualquer aumento, conforme se pode observar no quadro seguinte.

Tabela de Preços RNCCI	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Encargos com os cuidados de saúde	18.39	18.39	18.61	18.61	18.61	18.61	18.61	18.61
Encargos com medicamentos	10.00	10.00	10.00	10.00	10.00	10.00	10.00	10.00
Encargos com os cuidados de apoio social	29.98	29.98	30.34	30.34	30.34	30.34	30.34	30.34
Encargos com utilização de Fraldas	1.24	1.24	1.24	1.24	1.24	1.24	1.24	1.24
Valor diário a receber por utente	59.61	59.61	60.19	60.19	60.19	60.19	60.19	60.19
Taxa de Crescimento	6.45%	0.00%	0.97%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%	0.00%

Tabela n.º 10 – Evolução da tabela de preços da RNCCI

Considerou-se uma ocupação de 100% e um crescimento de 0% nos preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.

Subsídios à exploração – Apoios à contratação

Nesta rubrica consideram-se os subsídios de apoio à contratação. Com reflexo no orçamento de 2017 existem protocolados 5 contratos estágio emprego, 7 processos de dispensa de contribuições para a segurança social e 3 contratos de trabalho Medida Estímulo Emprego.

c) Outros rendimentos e ganhos

Subsídios ao investimento

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis devem ser apresentados no balanço como componente do Fundo Patrimonial e imputados como rendimentos na proporção das depreciações efetuadas em cada período.

No orçamento para 2017 estão refletidos os rendimentos relacionados com os seguintes subsídios:

- Subsídio PARES (Construção da creche do Montenegro);
- Subsídio da Camara Municipal de Faro (Construção da creche do Montenegro);
- Subsídio da ARL Algarve (Construção da UCCI Milreu).

Outros rendimentos em ativos

Esta rubrica considera a previsão dos rendimentos a reconhecer com o ganho de uma transação de venda seguida de locação (*lease back*) do centro infantil de Olhão realizada em 2008.

2.1.2. Gastos

a) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Consumo de géneros alimentares

Esta rubrica considera todo o consumo de géneros alimentares necessários às refeições dos utentes de todos os equipamentos sociais.

Os valores são orçamentados com base nos valores fixos de fornecimento diário por utente, acordados com um fornecedor de géneros alimentares mediante um padrão de capitação por utente tendo como base as ementas aprovadas entre as duas partes

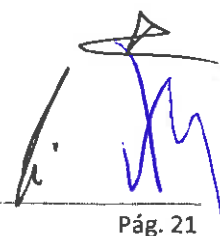
A nutrição entérica é uma alternativa para a ingestão de alimentos e pode ser feita através de uma sonda. Consiste num processo de alimentação dos indivíduos que estão impedidos de se alimentarem por via oral

Da capacidade total prevista, 47 utentes, 7 são alimentados através de nutrição entérica e os restantes 40 são alimentados através de refeições contratadas com a entidade que explora o refeitório ou outros fornecedores.

Materiais de consumo - medicamentos

A Portaria n.º 184/2015, de 23 de junho que fixa os preços dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento e ambulatório da RNCCI, comparticipa, por dia, por utente, os encargos globais com medicamentos, realização de exames auxiliares de diagnóstico e apósitos e material de penso para tratamento de úlceras de pressão nas unidades de internamento.

A previsão de consumo de medicamentos é elaborada tendo em consideração a capacidade ocupada previsional e o consumo médio de medicamentos nos dois últimos anos.



Consumíveis hospitalares

Nesta rubrica considera-se a previsão de consumo de consumíveis médicos, fraldas, resguardos, etc. A previsão é elaborada tendo em consideração a capacidade ocupada previsional e o consumo médio nos dois últimos anos.

b) Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica considera todos os fornecimentos e serviços externos. O orçamento é feito com base na experiência passada da instituição.

A esmagadora maioria dos gastos dizem respeito a consumos de eletricidade, água, gás, comunicação e limpeza. Consideram-se os ajustamentos inerentes ao reforço ou diminuição da atividade e do exercício das várias competências técnicas e administrativas.

c) Gastos com Pessoal

Esta rubrica considera a previsão dos gastos com o pessoal necessários ao funcionamento da FADS tendo em consideração a capacidade ocupada previsional. As previsões basearam-se nas atualizações salariais e categorias profissionais previstas nos contratos coletivos de trabalho.

Considerou-se o aumento obrigatório de 0.30% na taxa de segurança social da entidade empregadora. As taxas de segurança social e caixa geral de aposentações consideradas foram:

	Segurança Social Ent. Empregadora	Segurança Social Trabalhador	CGA Ent. Empregadora	CGA Trabalhador	Total
Trabalhadores das IPSS	22.3%	11%	---	---	33.30%
Educadores	7.8%	---	15.95%	11%	34.75%

Tabela n.º 11 - Taxas de segurança social e caixa geral de aposentações

A maioria dos colaboradores da FADS enquadra-se no regime de trabalhadores por contra de outrem, trabalhadores das IPSS, aplicando-se uma taxa de 22.30% para a entidade patronal

Existem 7 processos de dispensa de contribuições para a segurança social aprovados com reflexo no orçamento para 2017.

d) Depreciações e amortizações

Nesta rubrica considera-se as depreciações e amortizações de todos os ativos fixos tangíveis e intangíveis dentro do seu período de vida útil.

Considera-se ainda as depreciações dos seguintes ativos fixos tangíveis que se pretendem adquirir durante 2017:

- Substituição do piso do espaço exterior da creche e jardim-de-infância de olhão;
- Aquisição de um toldo para o espaço exterior da creche e jardim-de-infância de olhão;
- Obras de remodelação e pintura na creche de Faro;
- Renovação do equipamento do espaço exterior da creche em Faro;
- Viatura de apoio à UCCI Milreu e ao serviço de apoio domiciliário.

e) Gastos Financeiros

Esta rubrica considera todos os gastos financeiros necessários ao financiamento dos investimentos efetuados ou a efetuar pela FADS.

Para efeitos de previsão consideraram-se os seguintes financiamentos:

Instituição Financeira	Valência	Inicial	Dívida a 30.11.2017
Caixa Leasing e Factoring	Centro Infantil de Olhão	500 000.00	277 078.76
Caixa Leasing e Factoring	Equipamento Jardim Infância do Montenegro	28 547.55	12 381.21
Montepio Geral	Creche Faro e Jardim de Infância de Faro	400 000.00	400 000.00
Novo Banco	Creche do Montenegro	600 000.00	373 077.03
Novo Banco	UCCI Estoí	2 693 075.00	2 381 709.63
Novo Banco	UCCI Estoí - Adicional	180 000.00	159 850.83
Novo Banco	Jardim Infância Montenegro	200 000.00	199 187.29
Caixa Crédito Agrícola	Jardim Infância Montenegro	100 000.00	-
		4 701 623	3 803 285

Tabela n.º 12 – Financiamentos

2.3. Demonstração dos Resultados Previsional para 2017

Rubrica	Total
Vendas	0.00
Prestações de Serviços	1 002 207.62
Quotas dos utilizadores	1 002 207.62
Quotas utilizadores Educação	762 785.58
Quotas utilizadores Saúde RNCCI (Encargos com apoio social))	239 422.04
Quotas utilizadores Saúde Privados (Encargos com apoio social)	0.00
Outras	0.00
Variação nos Inventários da produção	0.00
Trabalhos para a Própria Entidade	0.00
Subsídios, doações e legados à exploração	1 688 667.31
Subsídios do estado e outros entes públicos	1 676 609.54
ISS IP	1 185 804.99
ISS IP (Educação)	883 472.14
ISS IP (Saúde: Encargos com apoio social)	281 060.66
ISS IP (Saúde: Fraldas)	21 272.20
ARS Algarve	490 804.55
ARS Algarve (encargos com cuidados de saúde)	319 254.55
ARS Algarve pacote de medicamentos)	171 550.00
Subsídios de outras entidades	12 057.77
IEFP (Apoios ao emprego)	12 057.77
Reversões	0.00
Ganhos por aumentos de Justo Valor	0.00
Outros rendimentos e ganhos	54 924.70
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0.00
Total de Rendimentos	2 745 799.63
Custo Mercadorias vendidas e matérias consumidas	320 265.63
Fornecimentos e Serviços Externos	479 153.53
Gastos com o Pessoal	1 580 051.88
Gastos de Depreciação e de Amortização	196 061.76
Perdas por imparidade	0.00
Perdas por redução de justo valor	0.00
Provisões do período	0.00
Outros Gastos e Perdas	3 305.47
Gastos e Perdas de Financiamento	151 963.85
Total de Gastos	2 730 802.12
Resultado líquido do exercício	14 997.51

3. Parecer do Conselho Fiscal

Para cumprimento dos estatutos e demais legislação aplicável, vem o Conselho Fiscal, apresentar o seu parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2017.

O Plano de Atividades descreve sumariamente a atividade a desenvolver pela Fundação Algarvia durante o ano 2017 e ajuda a interpretar o Orçamento, na medida em que evidencia os factos mais relevantes e os fatores que para eles irão contribuir.

O Orçamento espelha fielmente o resultado económico do Plano de Atividades a executar durante o ano 2017.

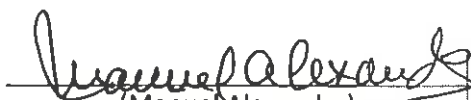
Em resumo, o Conselho Fiscal é da opinião que o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2017 satisfaz as disposições legais e estatutárias.

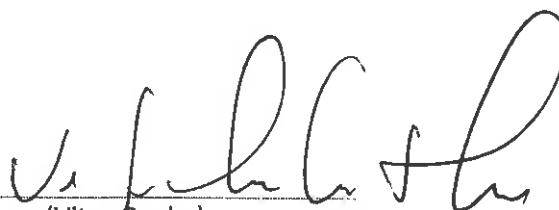
Consequentemente, propõe:

- Que aproveis o Plano de Atividades e Orçamento referente ao exercício de 2017

Faro, 22 de novembro de 2016

O Conselho Fiscal


(Manuel Alexandre)


(Vitor Cunha)